



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, S.A.



RELATÓRIO SEMESTRAL

2002

Sede e Fábrica: Apartado 20
Samouqueiro - Avanca
3864-752 ESTARREJA
PORTUGAL

Telefone: +351 234 811 200
E-mail: cires@cires.pt

Fax: +351 234 811 208
<http://www.grupocires.com>

Pessoa Colectiva nº 500 068 887
Registada na Conservatória de Estarreja com o nº 617
Capital Social Euro 15 000 000
(Sociedade Aberta)



Índice - Relatório Semestral 2002

Relatório Semestral

Relatório de gestão.....	3
Informação referente aos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e ao artigo 16º do Código de Valores Mobiliários.....	5
Demonstrações Financeiras.....	7
Notas Anexas ao Balanço e Demonstrações dos Resultados	10
Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral	24

Contas Consolidadas

Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	27
Notas Anexas ao Balanço e Demonstrações dos Resultados Consolidados.....	30
Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral.....	42



Relatório de Gestão

1º Semestre 2002

A actividade da CIRES no primeiro semestre de 2002 desenvolveu-se num quadro macro-económico nacional recessivo, e uma retoma ainda muito moderada no contexto internacional. No sector da construção civil e obras públicas, um dos principais mercados para as aplicações de PVC, a fraca dinâmica do sector resultou nomeadamente do decréscimo da construção de fogos, do abrandamento ou mesmo congelamento no lançamento de novas empreitadas de obras públicas, e do maior rigor na concessão de crédito por parte das entidades bancárias. Assim, verificou-se, em especial no final do período, um agravamento no normal desenvolvimento do negócio com repercussão na actividade da empresa, reflectindo o impacte da quebra de vendas no território nacional.

A actividade exportadora desenvolveu-se a bom ritmo no primeiro trimestre mercê de condições favoráveis no binómio preços de VCM preços de PVC, mas reduziu drasticamente no segundo trimestre devido à indisponibilidade de VCM a preços competitivos.

No mercado de VCM, a principal matéria-prima na fabricação de resinas de PVC, manteve-se a situação prevalecente desde o ano transacto, caracterizada pela escassez estrutural deste produto nos mercados internacionais. As quantidades disponibilizadas, particularmente na União Europeia, são tendencialmente menores devido à plena utilização da capacidade de fabrico de VCM na produção integrada de resinas de PVC. A CIRES manteve-se atenta ao evoluir da situação de mercado, tendo preventivamente assegurado um razoável nível de aprovisionamento de VCM em finais do ano transacto e início do ano corrente. Esta política em muito contribuiu para desenvolver no primeiro trimestre a actividade de exploração em bom ritmo, e no segundo trimestre, para garantir o pleno abastecimento do mercado fundamental da empresa.

No início do ano as resinas de PVC de suspensão registaram uma forte pressão de baixa, vindo a recuperar progressivamente, ao longo do semestre. Tal recuperação, essencialmente induzida pelo aumento de preços das matérias-primas, foi posteriormente sustentada devido ao aumento de stocks nos transformadores, antecipando a tendência de aumento, resultante de potencial retoma da actividade económica internacional.

No negócio das resinas de PVC de emulsão, a quebra no consumo registado no mercado europeu pôde ser de alguma forma compensado, mercê da diversificação de mercados empreendida.

A empresa tirou partido do menor nível de actividade para a realização de paragens técnicas para manutenção e intervenção em equipamentos, bem assim como para testar novos desenvolvimentos de especialidades, sem perturbar o fornecimento regular dos habituais *grades* aos seus clientes. Paralelamente, continuaram a ser desenvolvidos esforços no sentido de dar cabal cumprimento aos objectivos consignados no Compromisso Voluntário do ECVIM relativo ao fabrico de E-PVC.

Dando continuidade à sua política de recurso a instrumentos de delimitação da exposição ao risco de crédito, conforme se encontra exposto no relatório de gestão anual de 2001, não se verificaram, no período em análise, casos graves de incobráveis.

Do ponto de vista financeiro, a CIRES prosseguiu, no primeiro semestre de 2002, a consolidação do fundo de maneo da empresa, já iniciada no ano anterior, tendo em vista o equilíbrio exigível por forma



a poder dar continuidade à sua política de investimentos assegurando a permanente actualização tecnológica.

No sector de compostos de PVC e apesar das dificuldades atrás referidas, as empresas do grupo PREVINIL e CYGSA mantiveram um bom ritmo de actividade, apresentando resultados equilibrados.

A empresa SOPLASNOR, que actua no mercado de tubagens e acessórios de PVC e PE, partilhou das dificuldades gerais comuns a esta indústria do sector da construção civil, agravadas ainda pela diminuição do ritmo de actividade no sector da construção e obras públicas a que este tipo de negócio é particularmente sensível.

Em consequência da adequada gestão das diversas variáveis do negócio, o desempenho global do Grupo melhorou marcadamente face ao período homólogo do ano transacto, finalizando-se o semestre com resultados consolidados sensivelmente superiores.

Resultados e Perspectivas:

Neste primeiro semestre, o Grupo de empresas obteve um *cashflow* de 5 600 892 euros. O volume de negócios consolidado ascendeu a 67 565 188 euros. O resultado consolidado antes de impostos foi de 2 312 097 euros e o resultado consolidado líquido de 1 440 197 euros.

O Grupo CIRES a que se referem as Contas Consolidadas em 30 de Junho de 2002 é constituído pelas cinco empresas seguintes:

- Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A.
Estarreja (Resinas de PVC);
- PREVINIL- Empresa preparadora de Compostos Vinílicos, S.A.
Alverca (Compostos de PVC);
- CYGSA- Compuestos y Granzas, S.A.;
Mendávia- Espanha (Compostos de PVC)
- BAMISO- Produção e Serviços Energéticos, S.A.
Estarreja (Cogeração de Vapor e Energia)
- SOPLASNOR- Sociedade de Plásticos do Norte, S.A.
Lavra (sistemas de Tubagens).

Não se perspectivam para o segundo semestre mudanças sensíveis nos pressupostos macro-económicos a nível nacional ou internacional que possam alterar as condições prevalecentes em final do período nos mercados onde as empresas do grupo CIRES desenvolvem a sua actividade. O segundo semestre será ainda marcado pela sazonalidade característica do princípio e final deste período, perspectivando-se assim um abrandamento no desenvolvimento do resultado da empresa.



- Informação referente aos artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e ao artigo 16º do Código de Valores Mobiliários

Artigo 447º

Não é do conhecimento da Sociedade que os membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização detenham acções da mesma.

Artigo 448º

Accionistas detentores de mais de 10% do capital social:

Mitsui & Co. Europe PLC.	2 535 260 acções
Shin Etsu International Europe, B.V.	3 911 220 acções
Norsk Hydro, a.s.	3 934 725 acções

Artigo 16º do Código de Valores Mobiliários:

Dando cumprimento ao disposto no Código de Valores Mobiliários, em articulação com o regulamento da CMVM n.º 11/2000, com a redacção que lhe foi dada pelo regulamento da CMVM n.º 24/2000, informamos sobre os accionistas detentores de participações qualificadas, como se segue: Mitsui & Co. Europe, PLC, detentor de 2 535 260 acções; Mitsui & Co. Portugal, Lda., detentor de 1 219 545 acções e Mitsui & Co. Japan, Ltd. detentor de 156 420 acções. O grupo de empresas Mitsui detém, conjuntamente, 3 911 225 acções, correspondente a 26,56% dos direitos de voto. Shin Etsu International Europe, B.V. , detentora de 3 911 220 acções e de 26,56% dos direitos de voto. Norsk Hydro, A.S. detentor de 3 934 725 acções e de 26,71% dos direitos de voto. O Banco Espírito Santo, S.A. detentor de 51 645 acções e a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., detentora de 247 500 acções que perfazem, no seu total, 299 145 acções, as quais correspondem a 2% dos direitos de voto; Seguros e Pensões GERE, SGPS, S.A. detentora de 1 061 315 acções e de 7,21% dos direitos de voto. No seu total, as participações qualificadas somam 13 117 630 acções às quais correspondem 89% dos direitos de voto excluindo as acções próprias mencionadas no parágrafo seguinte.

A carteira de acções próprias da empresa, no início do semestre de 2002, apresentava um saldo de 741 075 acções. No período em análise, a CIREs transferiu a titularidade de 468 320 acções próprias para o Fundo de Pensões CIREs, em 25 de Junho do corrente ano, conforme aviso publicado em jornal de grande circulação e no Boletim de Cotações da Euronext, a um preço de 1,30 euros por acção, não tendo alienado quaisquer títulos. À data de 30 de Junho de 2002, a carteira de acções próprias da empresa apresentava um saldo de 272 755 acções, correspondentes a 1,818% dos direitos de voto.

Após o encerramento das contas, não ocorreram factos relevantes ao nível do conjunto das empresas que integram o grupo CIREs que devam ser relatados.



A presente informação é da responsabilidade do Conselho de Administração, com a seguinte composição:

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador.

Os elementos constantes deste relatório são verídicos e nele não há omissões conhecidas.

Estarreja, 9 de Setembro de 2002



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIREs, S.A.



BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA,



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIREs S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2002

Unid: Eur

	1ºSem.2002				1ºSem.2001	
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ. E PROV. ACUM.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO		
ACTIVO					CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
IMOBILIZADO					CAPITAL PRÓPRIO	
Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas Instalação	289.181	253.036	36.145	134.102	Capital	15.000.000
Despesas Inv. e Desenv.	594.156	401.980	192.176	290.440	Acções Próprias - Valor nominal	-272.755
Propriedade Industrial	47.181	15.876	31.305	14.091	Acções Próprias - Prémios e Descontos	-330.361
	930.518	670.892	259.626	438.633	Prémios de Emissão de Acções	10.398.789
Imobilizações Corpóreas:					Ajustamentos Partes Cap. Filiais e Assoc.	-2.273.634
Terrenos e Recursos Naturais	1.241.201	35.186	1.206.015	1.194.416	Reservas de Reavaliação	6.656.425
Edifícios e Outras Construções	11.412.614	7.766.310	3.646.304	3.626.600	RESERVAS:	
Equipamento Básico	105.112.884	78.315.225	26.797.659	30.019.463	Reservas Legais	1.654.493
Equipamento de Transporte	1.411.137	878.938	532.199	393.606	Reservas Contratuais	0
Ferramentas e Utensílios	35.452	34.191	1.261	3.432	Outras Reservas	9.399.227
Equipamento Administrativo	572.099	288.771	283.328	238.695	Reservas Para Acções Próprias	603.116
Taras e Vasilhame	0	0	0	0	Resultados Transitados	361.429
Outras Imobilizações Corpóreas	400.228	322.728	77.500	65.876	Resultados Líquido do Exercício	1.440.197
Imobilizações em Curso	1.602.136	0	1.602.136	835.641		
Adiant. p/ Conta Imobiliz. Corp.	9.477	0	9.477	45.954	Total Capital Próprio	42.636.924
	121.797.228	87.641.349	34.155.879	36.423.684	PASSIVO	
Investimentos Financeiros:					Provisões para Outros Riscos e Encargos	855.750
Partes de Capital Emp. Grupo	13.245.207	0	13.245.207	16.116.439		855.750
Empréstimos Emp. Grupo	1.496.394	0	1.496.394	0		
Partes de Capital Emp. Particip.	31.701	0	31.701	31.704	Dívidas a Terceiros - M. Longo Prazo:	
Outras Aplicações Financeiras	0	0	0	0	Dívidas a Instituições de Crédito	5.985.574
	14.773.302	0	14.773.302	16.148.143	Fornecedores Imobilizado C/C	161.604
CIRCULANTE						6.147.178
Existências:					Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:	
Mercadorias	0	0	0	0	Dívidas a Instituições de Crédito	1.995.192
Mat. Primas Subs. e Consumo	3.084.651	0	3.084.651	2.847.767	Fornecedores C/C	10.807.513
Prod. Acabados e Intermédios	3.155.750	0	3.155.750	3.046.089	Fornec. - Fact. Recepção e Conferência	11.456.625
	6.240.401	0	6.240.401	5.893.856	Adiantamentos de Clientes	796.308
Dívidas de Terc.-M. L. Prazo:					Outros Accionistas	1.166
Outros Devedores	0	0	0	0	Fornecedores Imobilizado C/C	767.704
Empréstimos Empresas Grupo	0	0	0	1.496.394	Estado e Outros Entes Públicos	2.184.816
	0	0	0	1.496.394	Outros Credores	950.869
Dívidas de Terc.-Curto Prazo:						28.960.193
Clientes C/C	22.095.756	0	22.095.756	23.209.156	Acréscimos e Diferimentos:	
Clientes Cobrança Duvidosa	542.390	542.390	0	2.644	Acréscimos de Custos	3.947.379
Adiant. a Fornecedores	47.706	0	47.706	251.848	Proveitos Diferidos	3.469.249
Outros Devedores	766.608	12.305	754.303	2.424.228		7.416.628
	23.452.460	554.695	22.897.765	25.887.875		7.871.300
Depósitos Bancários e Caixa:					Total das Amortizações	
Depósitos Bancários	6.572.091	0	6.572.091	2.763.984	Total das Provisões	
Caixa	14.282	0	14.282	10.400		
	6.586.373	0	6.586.373	2.774.384	Total Capital Próprio e Passivo	86.016.673
Acréscimos e Diferimentos:						89.705.634
Acréscimos de Proveitos	0	0	0	151.480		
Custos Diferidos	1.103.327	0	1.103.327	491.186		
	1.103.327	0	1.103.327	642.666		
Total das Amortizações		88.312.241				
Total das Provisões		554.695				
Total do Activo	174.883.609	88.866.936	86.016.673	89.705.634		

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 DE JUNHO 2002

Unid.: Eur

	1ª Sem. 2002		1ª Sem. 2001			1ª Sem. 2002		1ª Sem. 2001	
CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
Custo Merc. e das Mat. Consumidas:					Vendas:				
Mercadorias	102 241		33 145		Mercadorias	117 062		43 071	
Matérias	41 584 866	41 687 107	44 652 847	44 685 992	Produtos	57 780 607		59 741 164	
Fornecimentos e Serviços Externos.....		7 165 714		5 668 673	Prestações de Serviços	366 912	58 264 581	0	59 784 235
Custos com o Pessoal:					Variação da Produção		-140 923		-740 056
Remunerações	3 408 248		3 346 719		Trabalhos para a Própria Empresa		0		26 840
Encargos Sociais:					Proveitos Suplementares	989 521		175 093	
Pensões	350 000		179 567		Subsídios à Exploração	22 914		0	
Outros	877 318	4 635 566	814 677	4 340 963	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	1 012 435	0	175 093
Amortiza.de Imob. Corpóreo e Inc.....	2 760 968		3 251 584		B.....		59 136 093		59 246 112
Provisões	328 630	3 089 598	0	3 251 584	Ganhos em Empresas Grupo e Associadas	179 313			
Impostos	74 255		35 699		Rend. de Títulos e de Outras Apl. Financeiras	0		0	
Outros Custos e Perdas Operacionais	215 198	289 453	156 358	192 057	Outros.....				
A.....		56 867 438		58 139 269	Outros Juros e Prov Similares	138 814	318 127	310 377	310 377
Perdas em Empresas Grupo e Assoc....		333 301		0					
Juros e Custos Similares		841 391		1 067 248	D.....		59 454 220		59 556 489
C.....		58 042 130		59 206 517	Proveitos e Ganhos Extraordinários		763 927		758 332
Custos e Perdas Extraordinários		15 820		37 594	F.....		60 218 147		60 314 821
E.....		58 057 950		59 244 112					
Imposto s/o Rendimento Exercício		720 000		428 283	Resumo				
G.....		58 777 950		59 672 395	Res. Operacionais (B)-(A) =		2 268 655		1 106 843
Resultado Líquido do Exercício		1 440 197		642 427	Res. Financeiros (D-B)-(C-A) =		-856 565		-756 871
					Res. Correntes (D)-(C) =		1 412 090		349 972
					Res.antes de Impostos (F)-(E) =		2 160 197		1 070 710
					Res.Líquido Exercício (F)-(G) =		1 440 197		642 427

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



NOTAS ANEXAS AO BALANÇO

E

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1º Semestre de 2002



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002.
(Valores em Euros)

1. DERROGAÇÕES ÀS DISPOSIÇÕES PREVISTAS NO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE

Não se verifica a situação enunciada.

2. ALTERAÇÕES DO CONTEÚDO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Os Investimentos Financeiros, Ajustamento de partes de Capital em filiais e associados e o Resultado Líquido no 1º semestre de 2002 não são directamente comparáveis com os do 1º semestre de 2001, dado a empresa ter iniciado o registo das suas Participações Financeiras pelo Método de Equivalência Patrimonial, pela 1ª vez, em Dezembro de 2001.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, considerando as reavaliações do Imobilizado Corpóreo, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Disponibilidades

A CIRE detém disponibilidades em moeda estrangeira, estando estas expressas no Balanço no final do 1º semestre ao câmbio em vigor nessa data.

b) Dívidas de / a Terceiros em Moeda Estrangeira

As transacções expressas em moeda estrangeira foram contabilizadas ao câmbio da data de entrada dos bens, no caso das importações, e da data do envio do produto acabado, no caso de exportações. No final do 1º semestre de 2002 os débitos e créditos expressos em moeda estrangeira ainda não liquidados e cujo câmbio não se encontra fixado, foram rectificadas em função das taxas de câmbio então em vigor, sendo o resultado da conversão contabilizado nas subcontas de custos e perdas financeiras ou proveitos e ganhos financeiros.

c) Existências

Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo - Encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui os gastos incorridos para as colocar no seu estado actual.

Produtos Acabados e em Curso de Fabrico - Encontram-se valorizados ao custo de produção ou valor líquido de realização, dos dois o mais baixo, que inclui o custo das Matérias Primas e Subsidiárias consumidas, da Mão de Obra Fabril e os Gastos Gerais de Fabrico necessariamente suportados para os produzir e colocar no estado em que se encontram.

O critério valorimétrico das saídas de Existências é o Custo Médio Ponderado.

d) Imobilizado

d.1) Imobilizado Corpóreo



d.1.1) Os bens do Activo Imobilizado figuram pelo seu valor de aquisição ou de produção (no caso do imobilizado auto-construído), corrigido pelas reavaliações efectuadas ao abrigo da legislação fiscal em vigor, nessa altura.

d.1.2) Amortizações

Globalmente as amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, base duodecimal, utilizando as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro. No entanto, relativamente aos projectos PL3 e Secagem VII, com início de laboração em 2001, bem como o sistema de despoeiramento com início de laboração em 2002, foram utilizadas as taxas mínimas, por se entender serem aquelas que melhor se adequam ao efectivo deprecimento dos bens. Caso tivesse sido seguido o critério utilizado para os restantes (taxas máximas), as amortizações do semestre viriam superiores em 342 450 euros, e o activo líquido diminuído em 957 750 euros.

d.2) Imobilizado Incorpóreo

O Activo Imobilizado Incorpóreo encontra-se valorizado ao custo de aquisição, estando a ser amortizado à taxa anual de 33,33%.

d.3) Investimentos Financeiros

As participações em filiais e associadas, revelados no Balanço, estão registadas pelo método de equivalência patrimonial.

e) Encargos com Férias, Subsídios de Férias e Subsídio de Natal

Foram registadas as correspondentes responsabilidades ascendendo a cerca de 590 022 euros.

f) Proveitos Diferidos

Esta rubrica inclui subsídios ao investimento recebidos, que são diferidos no Balanço e, posteriormente, reconhecidos como proveitos, na mesma proporção das amortizações dos bens subsidiados.

g) Provisões

As Provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

h) Reconhecimento de Custos e Proveitos

Os Custos e Proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

i) Benefícios de Reforma

A empresa utiliza o exposto na Directriz Contabilística nº 19 no que se relaciona com o reconhecimento dos planos de benefícios de reforma. Os movimentos relacionados com estes benefícios encontram-se expressos na nota 31 deste anexo.

j) Imposto sobre o Rendimento

A Empresa tem por procedimento reconhecer no cômputo do encargo com imposto sobre o rendimento do exercício os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos registados no Balanço (ver nota 6).



4. COTAÇÕES UTILIZADAS

Todas as contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, originariamente expressas em moeda estrangeira, foram actualizadas ao câmbio do final do semestre.

5. ALTERAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO COM VISTA A OBTER VANTAGENS FISCAIS

Não foram tomadas quaisquer medidas tendentes a afectar o resultado do exercício com vista à obtenção de vantagens fiscais.

6. SITUAÇÕES QUE AFECTAM IMPOSTOS FUTUROS

Resultante da aplicação do mencionado na alínea j) da nota 3 anterior, os movimentos efectuados no semestre nas rubricas de Acréscimos de Custos, Custos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento, foram os seguintes:

Acréscimos de Custos (Impostos Diferidos Passivos)		
	Saldo em 01.01.2002	185 224
Efeito das Amortizações		(18 135)
Ajustamentos		(17 700)
	Saldo em 30.06.2002	149 389
Custos Diferidos (Impostos Diferidos Activos)		
	Saldo em 01.01.2002	332 013
Reforço da Provisão para Benefícios Complementares		928
Ajustamentos		0
	Saldo em 30.06.2002	332 941
Imposto sobre o Rendimento		
Efeito do Acréscimo das Amortizações do Exercício		(18 135)
Reforço da Provisão para Benef. Complementares		(928)
Ajustamentos		(17 700)
	Efeito no Exercício	(36 763)

7. PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de empregados durante o 1º semestre de 2002 ascendeu a 170.

8. CONTEÚDO DAS CONTAS DE DESPESAS DE INSTALAÇÃO E DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As Despesas de Instalação referem-se essencialmente a custos com a Organização da Empresa e Estudos e Projectos, sendo amortizados no período de 3 anos.

Os principais valores constantes da conta Despesas de Investigação e Desenvolvimento estão essencialmente relacionados com desenvolvimentos no domínio da política ambiental da empresa e com a imobilização de encargos suportados com o desenvolvimento de novos produtos e de novas tecnologias de processamento de PVC.

9. AMORTIZAÇÃO DE TRESPASSES

A empresa não possui trespases.

**10. MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO**

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do Balanço e as respectivas amortizações, são as mencionadas nos quadros seguintes:

Activo Bruto

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF./AJUST.	ABATES	SALDO FINAL
<u>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</u>						
Despesas de Instalação	565 864	0	0	0	276 683	289 181
Despesas de Invest. e Desenvol.	674 182	7 500	0	0	87 526	594 156
Propried. Ind. e Outros Direitos	46 761	420	0	0	0	47 181
TOTAL	1 286 807	7 920	0	0	364 209	930 518
<u>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</u>						
Terrenos e Recursos Naturais	1 241 201	0	0	0	0	1 241 201
Edifícios e Outras Construções	11 280 306	109 361	0	22 947	0	11 412 614
Equipamento Básico	104 288 799	311 999	0	561 227	49 141	105 112 884
Equipamento de Transporte	1 329 488	210 371	128 722	0	0	1 411 137
Ferramentas e Utensílios	203 362	0	0	0	167 910	35 452
Equipamento Administrativo	554 808	18 647	333	0	1 023	572 099
Taras e Vasilhame	0	0	0	0	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	398 114	2 114	0	0	0	400 228
Imobilizações em Curso	1 402 368	802 780	0	(603 012)	0	1 602 136
Adiant. P/ conta Imob. Corpórea	15 527	0	0	(6 050)	0	9 477
TOTAL	120 713 973	1 455 272	129 055	(24 888)	218 074	121 797 228
<u>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u>						
Partes Capital Emp. Grupo	13 462 732	0	0	(**) 217 525	0	13 245 207
Emprést. a Empresas Grupo	0	(*) 1 496 394	0	0	0	1 496 394
Partes Capital Emp. Associadas	0	0	0	0	0	0
Emprést. Emp. Associadas	0	0	0	0	0	0
Partes Cap. Emp. Participadas	31 701	0	0	0	0	31 701
Títulos /Outras Aplicações Financ.	0	0	0	0	0	0
Adiant. p/ Conta Invest. Financeiras	0	0	0	0	0	0
TOTAL	13 494 433	1 496 394	0	217 525	0	14 773 302

(*) Corresponde à transferência de empréstimos contabilizados na rubrica Accionistas, resultante da conversão em prestações acessórias de Capital .

(**) Ajustamento resultante das actualizações das participações sociais pelo uso do MEP.

Amortizações

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULAR.	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de Instalação	496 427	33 292	(276 683)	253 036
Despesas de Invest. e Desenvolv.	412 698	76 808	(87 526)	401 980
Propried. Ind. e Outros Direitos	8 645	7 231	0	15 876
TOTAL	917 770	117 331	(364 209)	670 892
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e Recursos Naturais	35 186	0	0	35 186
Edifícios e Outras Construções	7 570 235	196 075	0	7 766 310
Equipamento Básico	76 083 830	2 280 536	(49 141)	78 315 225
Equipamento de Transporte	909 314	98 346	(128 722)	878 938
Ferramentas e Utensílios	201 255	846	(167 910)	34 191
Equipamento Administrativo	247 455	42 672	(1 356)	288 771
Taras e Vasilhame	0	0	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	297 569	25 159	0	322 728
TOTAL	85 344 844	2 643 634	(347 129)	87 641 349

11. ENCARGOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS NO PERÍODO

Não foram capitalizados encargos financeiros durante o 1º semestre de 2002.

12. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os dispositivos legais utilizados até à data na reavaliação dos bens corpóreos foram os seguintes:

Decreto-Lei nº 430/78, de 27 de Dezembro;
Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho;
Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei nº 278/85, de 19 de Julho;
Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio;
Decreto-Lei nº 111/88, de 2 de Abril;
Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro;
Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro.

13. QUADRO DISCRIMINATIVO DAS REAVALIAÇÕES :

RUBRICAS	CUSTOS HISTÓRICOS (a)	REAVALIAÇÕES (a)(b)	VALORES CONTAB. REAVALIADOS (a)
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Terrenos e Recursos Naturais	576 700	629 315	1 206 015
Edifícios/Outras Construções	2 833 244	813 060	3 646 304
Equipamento Básico	26 478 981	318 678	26 797 659
Equipamento de Transporte	532 199	0	532 199
Ferramentas e Utensílios	1 261	0	1 261
Equipamento Administrativo	283 328	0	283 328
Taras e Vasilhame	0	0	0
Outras Imobilizações Corpóreas	77 500	0	77 500
TOTAL	30 783 213	1 761 053	32 544 266

(a) Líquidos de amortizações

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

14. SITUAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS A IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

Não há immobilizações corpóreas e/ou em curso em poder de terceiros, ou localizadas no estrangeiro.

15. BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Descrição	Imob. Corpóreas	Amort. Acumuladas
Veículos de Transporte	319 285	141 282
Equipamento Informático	39 573	5 771

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

As participações no Capital Social das empresas do Grupo (detidas a 100%) são as seguintes:

Entidade	Capitais próprios em 30/06/2002	Resultado Liq. Exercício em 30/06/2002
PREVINIL - Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S.A. (sede em Vila Franca de Xira)	4 329 363	131 164
GYGSA - Compuestos Y Granzas, S.A. (sede em Mendavia - Espanha)	5 638 925	95 338
BAMISO - Produção e Serviços Energéticos, S.A. (sede em Estarreja)	352 385	55 353
SOPLASNOR - Sociedade de Plásticos do Norte, S.A. (sede em Leça da Palmeira)	4 136 564	(54 918)

17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

A empresa não detém títulos negociáveis cujo valor contabilístico represente mais de 5% do activo circulante.

18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM FUNDOS

Não se verifica a situação enunciada.

19. VALORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE A PREÇOS DE MERCADO

Não existem diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e as quantias correspondentes aos preços de mercado.

20. JUSTIFICAÇÃO DA ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE DE UM VALOR INFERIOR AO MAIS BAIXO DO CUSTO OU DO MERCADO

Não foi atribuído ao activo circulante um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.



21. JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS RESPEITANTES A ELEMENTOS DO ACTIVO CIRCULANTE

Não se verifica a situação enunciada.

22. EXISTÊNCIAS FORA DA EMPRESA

O valor das existências à consignação ascende a 163 715 euros.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

São as seguintes as dívidas de cobrança duvidosa e respectivas provisões

Rubricas	Valor dívida	Valor provisão
Clientes Cobrança Duvidosa	542 390	542 390
Outros Devedores	12 305	12 305

24. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA EMPRESA

Não se verifica a situação enunciada.

25. CRÉDITOS E DÉBITOS COM O PESSOAL.

Os créditos concedidos ao pessoal ascendem a 144 437 euros.

26. DÍVIDAS TITULADAS E NÃO RELEVADAS NAS RUBRICAS DO BALANÇO

Todas as dívidas tituladas estão evidenciadas no Balanço.

27. OBRIGAÇÕES CONVERTÍVEIS E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS PELA EMPRESA

Não existem obrigações convertíveis, títulos de participação ou outros títulos com direitos similares emitidos pela empresa.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Não existem débitos ao Estado e outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE 5 ANOS

Não existem dívidas a terceiros por um prazo superior a 5 anos.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Não existem dívidas a terceiros cobertas por garantias reais.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Não se encontram relevados no Balanço os seguintes compromissos financeiros:

- a) Contratos para aquisição de imobilizações corpóreas no montante aproximado de 1 097 407 euros;
- b) Fundo de Pensões CIRES, S.A.

Manteve-se em vigor o Fundo de Pensões da CIRES que garante as responsabilidades assumidas pela empresa a título de complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez dos seus trabalhadores.

Os estudos actuariais reportados a 31 de Dezembro dos anos de 2002 e 2001, assentaram nos seguintes pressupostos e bases técnicas:

- * Taxa de Rendimento do Fundo de 5,5%
- * Taxa Esperada de Crescimento Salarial de 5%
- * Taxa de Crescimento das Pensões de 0%
- * Rendimento considerado nas Rendas Vitalícias Imediatas de 4%
- * Tábua de Mortalidade GKF 80
- * Tábua de Invalidez EKV 80

Segundo os estudos actuariais, os movimentos, situação do Fundo e responsabilidades à data de 31 de Dezembro de 2001 e estimadas para 2002 resumem-se como se segue:

Fundo de Pensões	2002	2001
Valor presente da Obrigação de Benefícios Definidos no início do exercício	4 905 457	4 636 067
(-) Benefícios pagos pelo Fundo de Pensões	125 779	339 353
(+) Custo dos Serviços Correntes	261 620	291 787
(+) Custo dos Juros	332 380	319 446
(+) Ganhos e Perdas Actuais (*)	301 647	(2 489)
(+) Custo dos Serviços Passados (alteração do plano)	0	0
1. Valor presente da Obrigação de Benefícios Definidos no final do exercício	5 675 325	4 905 458
Valor do Fundo no início do exercício	4 905 457	4 636 067
(+) Adicional de rentabilidade	6 447	35 185
(+) Contribuição normal do ano	608 816	306 986
(+) Transferências	0	96 383
(-) Benefícios pagos pelo Fundo de Pensões	(125 779)	339 353
(+) Retorno Real dos Activos do Plano	55 746	170 190
2. Valor do Fundo no final do exercício	5 450 687	4 905 458
Saldo Actuarial (2-1)	(224 638)	0

(*) A rubrica Ganhos e Perdas reflete a perda resultante da alteração da taxa de rendimento do fundo.

Durante o 1º semestre de 2002 foi contabilizado em Custos com o Pessoal, por contrapartida do Acréscimo de Custos, o montante de 481 000 euros, aos quais foram deduzidos cerca de 131 000 euros transitados do exercício anterior.

Foi efectuada durante o 1º semestre uma contribuição em espécie com acções próprias no valor de 608 816 euros, conforme mencionada na nota 40 deste anexo.

c) Responsabilidades com forwards, nos seguintes montantes :

Venda (USD) -	312 252 euros
Compra (USD) -	2 820 959 euros

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002 existiam as seguintes garantias bancárias prestadas por conta da empresa a favor das seguintes entidades:

Entidades	Valor
IAPMEI	3 167 367
Alfândega	2 134 291
Outras a favor de diversos	1 297

33. DIFERENÇAS ENTRE IMPORTÂNCIAS DAS DÍVIDAS A PAGAR E QUANTIAS ARRECADADAS

Não se verifica a situação enunciada.

34. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES ACUMULADAS

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Provisões para Cobranças Duvidosas:				
Clientes Cobrança Duvidosa	213 760	328 630	0	542 390
Devedores Duvidosos	12 305	0	0	12 305
Provisões para Riscos/Encargos	852 944	212 806	210 000	855 750

35. ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO AO CAPITAL SOCIAL

Não houve qualquer alteração ao capital social durante o 1º semestre de 2002.

36. DIVISÃO DO CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é constituído por 15 000 000 de acções escriturais com valor nominal de 1 euro cada.

37. PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS NO CAPITAL SOCIAL SUPERIOR OU IGUAL A 20%

	Quantidade	Valor Nominal	% Capital
Norsk Hydro, AS	3 934 725	3 934 725	26,23%
Shin Etsu Int. (Europe) BV	3 911 220	3 911 220	26,07%

38. ACÇÕES SUBSCRITAS NO EXERCÍCIO

Não houve qualquer subscrição de acções no exercício.

39. VARIAÇÕES NO EXERCÍCIO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Os movimentos ocorridos no exercício podem ser apresentados da seguinte forma:

Descrição	Situação em 01/01/2001	Movimentos Exercício	Situação em 30/06/2002
DL 118.B/86	1 107 937	0	1 107 937
DL 111/88	367 765	0	367 765
DL 49/91	1 412 970	0	1 412 970
DL 264/92	1 516 977	0	1 516 977
DL 31/98	2 435 998	0	2 435 998
Impostos Diferidos	(185 222)	0	(185 222)
Total	6 656 425	0	6 656 425

**40. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO NAS RUBRICAS DE CAPITALS PRÓPRIOS**

	Saldo Inicial	Aumentos	Ajustamentos	Diminuições	Saldo Final
51- Capital	15 000 000	0	0	0	15 000 000
52- Acções Próprias:					
521 - Valor Nominal	(741 075)	0	0	(468 320)	(272 755)
522 - Prémios e Descontos	(897 591)	0	0	(567 230)	(330 361)
54 - Prémios de Emissão de Acções	10 398 789	0	0	0	10 398 789
55 - Ajust./ Partes Cap. em Filiais e Associadas:					
551 - Ajustamento de Transição	(2 358 765)	0	0	0	(2 358 765)
552 - Lucros não Atribuídos	0	222 938	0	0	222 938
553 - Outras Variações Cap. Próprios	(74 271)	0	(63 535)	0	(137 806)
56 - Reservas de Reavaliação	6 656 425	0	0	0	6 656 425
57 - Reservas:					
571 - Reservas Legais	1 575 433	79 060	0	0	1 654 493
574/5 - Outras Reservas	8 627 927	771 300	0	0	9 399 227
579 - Reservas p/ Acções Próprias	1 638 666	0	0	(1 035 550)	603 116
59 - Resultados Transitados	361 427	0	0	0	361 427
88 - Resultado Líquido do Exercício	1 581 194	1 440 197	0	(1 581 194)	1 440 197

Em Junho de 2002 foram transferidas 468 320 acções próprias para o Fundo de Pensões da CIRES ao preço de 1,3 euros cada. No final do 1º semestre o saldo de acções próprias ascende a 272 755 acções, representativas de 1,818% do capital social da empresa.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0	3 669 723
Compras	102 241	40 999 794
Regularização de Existências	0	0
Existências Finais	0	3 084 651
Custo no exercício	102 241	41 584 866

42. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CUSTO DAS VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**a) Variação da Produção:**

Movimentos	Produtos Acabados e Intermédios
Existências Finais	3 155 754
Regularização de Existências	0
Existências Iniciais	3 296 677
Diminuição no exercício	(140 923)

b) Custo das Vendas e Prestações de Serviços:

Movimentos	Prod. Acab. e Intermédios
Existências Iniciais	3 296 677
Entradas Provenientes da Produção	46 235 200
Regularização de Existências	0
Saídas para Produção	0
Existências Finais	3 155 754
Custos das Vendas e Prestações Serviços	46 376 123

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Foram as seguintes remunerações atribuídas aos órgãos sociais da empresa:

Conselho Administração	362 818
Fiscal Único	18 500
Assembleia Geral	0
Secret. Sociedade	8 241

44. REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

A Cires, S.A dedica-se a uma única actividade "Fabrico de Produtos de Polimerização e Copolimerização (Policloreto de Vinilo)

Vendas Liquidas	Portugal	Restantes Países	Total
Produtos Acabados	26 332 750	31 402 394	57 735 144
Mercadorias	0	117 062	117 062
Prestações de Serviços	0	366 912	366 912
Resíduos	14 913	30 550	45 463
Total	26 347 663	31 916 918	58 264 581

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001		1º Sem. 2002	1º Sem. 2001
681- Juros Suportados	182 080	403 178	781- Juros Obtidos	37 252	33 070
682-Perdas em Empresas Grupo e Ass.	333 301	0	782-Ganhos em Emp. Grupo e Ass.	179 313	0
683-Amortiz. de Invest. em Imóveis	0	0	783- Rendimentos de Imóveis	0	0
684- Provisões para Aplic. Financeiras	0	0	784-Rendimentos de Partic. Capital	0	0
685- Diferenç. Câmbio Desfavoráveis	1 246	5 681	785- Diferenç. Câmbio Favoráveis	72 803	257 769
686- Descontos de P. P. Concedidos	613 488	621 712	786- Descontos de P. P. Obtidos	26 192	19 518
687- Perdas na Alien. Aplic. Tesouraria	0	0	787-Ganhos Alien. Apli.Tesouraria	0	0
688- Outros Custos e Perdas Financ.	44 577	36 677	788-Outros Prov. e Ganhos Financ.	2 567	20
Resultados Financeiros	(856 565)	(756 871)			
	318 127	310 377		318 127	310 377

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001		1º Sem. 2002	1º Sem. 2001
691- Donativos	4 599	19 837	791- Restituição de Impostos	0	0
692- Dívidas Incobráveis	0	0	792- Recuperação de Dívidas	0	0
693- Perdas em Existências	11 061	4 903	793- Ganhos em Existências	0	0
694- Perdas em Imobilizações	0	55	794- Ganhos em Imobilizações	70 603	13 063
695- Multas e Penalidades	0	25	795- Benéf. Penalidades contrac	0	0
696- Aumentos de Amort. e Provisões	0	0	796- Reduções de Amort.e Prov.	0	0
697- Correc. Relativas Exerc. Anterior.	0	0	797- Correc. Relat. Exer. Anterior	0	0
698- Outros Custos e Perdas Extra.	160	12 769	798- Outros Prov.e Ganhos Extr	693 324	745 269
Resultados Extraordinários	748 107	720 743			
	763 927	758 332		763 927	758 332

47. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Na sequência das candidaturas ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial, (DL n° 292/97), e à protecção do ambiente (DL 477/99) foi dado deferimento à constituição de um Crédito Fiscal, que no ano de 2002 relativa ao IRC - 2001 permitiu uma poupança fiscal de 212 280 euros.

48. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

a) A Empresa registou no semestre em Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários o montante de 465 500 euros relativo à quota-parte de subsídios atribuídos ao investimento. Os subsídios atribuídos e ainda não integrados em resultados são detalhados como se segue:

Designação	Âmbito	Montante Investido	Subsídios Atribuídos	Tranf. para Resultados		Saldo
				Exercício Anteriores	Exercício	
Projecto do Pipeline	PEDIP	4 670 609	2 568 834	1 906 777	128 442	533 615
Proj. Cogeração Energia	SIURE	865 324	80 825	24 247	2 021	54 557
Projecto MP 3	PEDIP II	16 862 037	5 636 940	2 598 328	328 521	2 710 091
Utilização Rac. Energia - Multisectores	DGE	206 976	86 017	18 149	6 516	61 352
Projecto Retex-Man. Cond.	DGI	231 746	109 634			109 634
TOTAIS		22 836 692	8 482 250	4 547 501	465 500	3 469 249

b) Em 30/06/02 a conta de Clientes c/c, inclui créditos cedidos a uma empresa de factoring no montante de 3 781 761 euros, dos quais 586 494 euros são risco de cobrança da CIRES.



c) Benefícios complementares a atribuir aos administradores da empresa

Os benefícios complementares a atribuir aos administradores da empresa foram aprovados na Assembleia Geral de 27 de Março de 1997 e reformulados na Assembleia Geral de 29 de Março de 2001. As normas aprovadas visam atribuir, sob certas condições, uma compensação aos administradores.

Os movimentos da provisão existente para este efeito são:

Movimentos:	Valor
1. Valor Inicial da Provisão	852 944
2. Reforço da Provisão	212 806
3. Pagamento	(210 000)
4. Valor da Provisão no final do 1º semestre	855 750

Estarreja, 09 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, S.A.



BERNARDES SÍSMEIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**Bernardes, Sismeiro
e Associados, SROC, Lda.**
Rua Oliveira Monteiro, 168
4050 - 438 Porto
Portugal
Telephone +351 22607 7250
Facsimile +351 22607 7201

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre a Informação Semestral

Introdução

- 1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da **Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 86.016.673 euros e um total de capital próprio de 42.636.924 euros, incluindo um resultado líquido de 1.440.197 euros) e na Demonstração dos resultados por naturezas do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

Parecer

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



Ênfase

9 Sem afectar o parecer expresso no parágrafo anterior, salientamos que, conforme referido na Nota 2 do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, as demonstrações financeiras do período findo em 30 de Junho de 2002 incluem a aplicação do Método da Equivalência Patrimonial na contabilização das participações em filiais e associadas, com o qual concordamos, e cuja não aplicação, no período findo em 30 de Junho de 2001, constava do parágrafo oitavo, do Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre Informação Semestral desse período.

Porto, 9 de Setembro de 2002

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda.
representada por:

Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C.



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIRES, S.A.



BALANÇO CONSOLIDADO
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIREs S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2002

Unid: Eur

ACTIVO	1º Sem. 2002			1º Sem. 2001	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001
	ACTIVO BRUTO	AMORTIZ E PROVISÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO				
IMOBILIZADO					CAPITAL PRÓPRIO		
<i>Imobilizações Incorpóreas:</i>							
Despesas de Instalação	619.573	542.537	77.036	188.815	Capital	15.000.000	15.000.000
Despesas de Inv. e Desenv.	662.284	450.455	211.829	326.748	Ações Próprias - Valor Nominal	-274.895	-742.870
Propriedade Industrial	72.359	37.174	35.185	20.082	Ações Próprias - Prêmios e Descontos	-332.551	-900.126
Diferenças de Consolidação	6.423.374	6.049.209	374.165	957.368	Prêmios de Emissão de Ações	10.398.789	10.398.789
	7.777.590	7.079.375	698.215	1.493.012	Ajustamentos Partes Cap. Filiais e Assoc.	0	0
<i>Imobilizações Corpóreas:</i>					Reservas de Reavaliação	7.649.788	7.631.324
Terrenos e Recursos Naturais	3.957.154	35.186	3.921.968	3.910.371	Reservas:		
Edifícios e Outras Construções	21.826.865	14.208.499	7.618.366	7.652.148	Reservas Legais	2.017.390	1.914.651
Equipamento Básico	130.849.360	96.181.353	34.668.007	38.019.488	Reservas - Ações Próprias	0	0
Equipamento de Transporte	2.417.192	1.567.311	849.881	656.638	Reservas Contratuais	39.505	39.505
Ferramentas e Utensílios	113.461	106.289	7.172	10.445	Outras Reservas	13.645.400	13.791.268
Equipamento Administrativo	1.144.397	784.456	359.941	341.821	Diferença de Conversão Câmbial	-105.966	-105.925
Taras e Vasilhame	42.256	40.906	1.350	2.165	Resultados Transitados	-6.840.733	-6.839.656
Outras Imobilizações Corpóreas	422.778	344.928	77.850	66.604	Resultados Líquido do Exercício	1.440.197	369.011
Imobilizações em Curso	1.619.781	0	1.619.781	959.443	Total Capital Próprio	42.636.924	40.555.970
Adiantamentos p/ Conta de Imobiliz. Cor	106.036	0	106.036	62.988			
	162.499.280	113.268.928	49.230.352	51.682.111			
<i>Investimentos Financeiros:</i>					PASSIVO		
Partes de Capital em Empresas Grupo	3.000	0	3.000	3.000			
Partes de Capital em Empresas Associad	29.928	29.928	0	0	Provisões para Outros Riscos e Encargos	855.750	997.062
Partes de Capital em Empresas Participa	53.204	0	53.204	53.202		855.750	997.062
Outras Aplicações Financeiras	609.027	0	609.027	609.032			
	695.159	29.928	665.231	665.234	Dívidas a Terceiros- Médio Longo Prazo:		
CIRCULANTE					Dívidas a Instituições de Crédito	10.679.282	13.840.016
<i>Existências:</i>					Fornecedores Imobilizado C/C	2.574.449	2.609.411
Mercadorias	658.864	53.299	605.565	339.781	Outros Credores	543.690	543.690
Matérias Primas Subs. e Consumo	5.459.042	0	5.459.042	5.280.280		13.797.421	16.993.117
Produtos Acabados e Intermédios	5.799.721	0	5.799.721	4.759.674	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo:		
	11.917.627	53.299	11.864.328	10.379.735	Dívidas a Instituições de Crédito	4.064.670	8.042.453
<i>Dívidas de Terceiros-Curto Prazo:</i>					Fornecedores C/C	15.143.213	14.351.244
Clientes C/C	28.452.596	0	28.452.596	30.481.983	Fornec. - Fact. Recepção e Conferência	11.456.625	9.345.073
Clientes C/Letras	195.451	0	195.451	171.312	Fornec. - Títulos a Pagar	11.842	0
Clientes Cobrança Duvidosa	1.772.606	1.641.131	131.475	175.268	Adiantamentos de Clientes	796.308	5.317
Empresas do Grupo	0	0	0	0	Outros Accionistas	1.166	953
Adiantamentos a Fornecedores	0	0	0	251.848	Fornecedores Imobilizado C/C	1.104.772	716.244
Adiantamentos a Fornecedores Imob.	0	0	0	0	Estado e Outros Entes Públicos	2.611.656	2.139.643
Estado e Outros Entes Públicos	204.652	0	204.652	319.031	Outros Credores	609.767	1.435.053
Outros Devedores	548.002	12.305	535.697	2.456.370		35.800.019	36.035.979
	31.173.307	1.653.436	29.519.871	33.855.812	Acréscimos e Diferimentos:		
<i>Títulos Negociáveis:</i>					Acréscimos de Custos	5.056.647	4.623.712
Outros Títulos Negociáveis	0	0	0	0	Proveitos Diferidos	3.846.292	4.688.282
Outras Aplicações de Tesouraria	1.285.782	0	1.285.782	751.264		8.902.939	9.311.994
	1.285.782	0	1,285.782	751.264			
<i>Depósitos Bancários e Caixa:</i>					Total das Amortizações		
Depósitos Bancários	7.080.413	0	7.080.413	3.934.129			
Caixa	18.140	0	18.140	15.752	Total das Provisões		
	7.098.553	0	7.098.553	3.949.881	Total do Activo	101.993.053	103.894.122
<i>Acréscimos e Diferimentos:</i>							
Acréscimos de Proveitos	0	0	0	151.480			
Custos Diferidos	1.630.721	0	1.630.721	965.593			
	1.630.721	0	1.630.721	1.117.073			
Total das Amortizações		120.348.303					
Total das Provisões		1.736.663					
Total do Activo	224.078.019	122.084.966	101.993.053	103.894.122	Total Capital Próprio e Passivo	101.993.053	103.894.122

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



COMPANHIA INDUSTRIAL DE RESINAS SINTÉTICAS, CIREs S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS EM 30 DE JUNHO 2002

	1º Sem. 2002		1º Sem. 2001			Unid: Eur 1º Sem. 2002		1º Sem. 2001	
CUSTOS E PERDAS					PROVEITOS E GANHOS				
<i>Custo Merc. e Mat. Consumidas:</i>					Vendas:				
Mercadorias	1.058.948		610.239		Mercadorias	1.060.975		920.646	
Materias.....	44.812.736	45.871.684	49.186.121	49.796.361	Produtos.....	66.129.619		68.555.446	
					Prestações de Serviços	374.594	67.565.188	10.175	69.486.268
Fornecimentos e Serv. Externos.....		8.687.978		6.811.749					
<i>Custos com o Pessoal:</i>					<i>Variação da Produção</i>		589.081		-755.764
Remunerações	5.145.564		5.074.655		Trabalhos para a Própria Empresa		0		26.840
Encargos Sociais:					Proveitos Suplementares	29.532		37.569	
Pensões	350.000		179.567		Subsídios à Exploração	22.914		6.694	
Outros	1.358.680	6.854.244	1.231.866	6.486.089	Outros Proveitos Operacionais	24.654	77.100	28.347	72.610
					B.....		68.231.369		68.829.955
Amortizações Imob. Corpóreo e Inc.	3.793.777		4.386.419						
Provisões	366.918	4.160.695	7.482	4.393.901	<i>Rend. de Títulos e Outras Apl. Financ. :</i>				
					Outros.....	0		21.239	
Impostos	97.172		57.751		Outros Juros e Prov Similares:				
Outros Custos e Perdas Operac.....	223.575	320.747	169.167	226.918	Relativos a Emp. do Grupo.....	0		0	
A.....		65.895.348		67.715.017	Outros.....	208.036	208.036	368.063	389.302
Perdas Empresa Grupo e Assoc.....		0		0					
Juros e Custos Similares		1.026.909		1.370.313	D.....		68.439.405		69.219.257
C.....		66.922.257		69.085.329					
Custos e Perdas Extraordinários		70.778		43.251	<i>Proveitos e Ganhos Extraordinários..</i>		865.727		843.517
E.....		66.993.035		69.128.580	F.....		69.305.132		70.062.774
Imposto s/o Rend. Exercício.....		871.900		565.183					
G.....		67.864.935		69.693.763	Resumo				
Resultado Líquido do Exercício		1.440.197		369.011	Resultados Operacionais (B)-(A) =	2.336.021		1.114.938	
					Resultados Financeiros (D-B)-(C-A) =	-818.873		-981.011	
					Resultados Correntes (D)-(C) =	1.517.148		133.927	
					Resultados antes de Impostos (F)-(E) =	2.312.097		934.194	
					Resultado Líquido do Exercício (F)-(G) =	1.440.197		369.011	

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



NOTAS ANEXAS AO BALANÇO
E
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
CONSOLIDADOS
1º Semestre de 2002



ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 (valores em Euros)

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A., foram elaboradas de acordo com o Decreto-Lei 238/91, de 2 de Julho que define as normas relativas à consolidação de contas em Portugal.

São apresentadas apenas as notas aplicáveis mantendo-se, no entanto, a ordenação numérica do Plano Oficial de Contabilidade.

I. INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO E A OUTRAS

1. Empresas Incluídas na Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem, para além da Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIRES, S.A., como empresa-mãe, as seguintes empresas:

- a) **PREVINIL**-Empresa Preparadora de Compostos Vinílicos, S.A., com sede em Alverca, Vila Franca de Xira - Portugal.
- b) **CYGSA**- Compuestos Y Granzas, S.A., com sede em Mendavia (Navarra) - Espanha.
- c) **BAMISO**-Produção e Serviços Energéticos, S. A. , com sede em Estarreja - Portugal.
- d) **SOPLASNOR** - Sociedade de Plásticos do Norte, S.A., com sede em Leça da Palmeira - Portugal.

2. Empresas Excluídas da Consolidação

A empresa-mãe apenas exclui da consolidação as seguintes empresas:

- Filial indirecta PREVINIL Angola (detida a 60% pela PREVINIL, S.A.) - pelo facto de estar inactiva, estando por isso completamente provisionada;
- Filial SOCIPREV - Sociedade de Mediação de Seguros, Lda (participação total 100%, sendo 20% directa e 80% indirecta), constituída em 13/10/2000 - cujo objecto social consiste na mediação de seguros. Esta empresa foi excluída da consolidação por serem imateriais para apresentação de imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do Grupo (nº 1 do art.º 4º do DL 238/91).

3 a 6. Não aplicável

7. Trabalhadores ao Serviço

O número médio de trabalhadores ao serviço, das empresas incluídas na consolidação foi de 331.

II. INFORMAÇÕES RELATIVAS À IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA

8. Não aplicável

9. Afastamento às normas de consolidação

É entendido pela Administração do Grupo CIRES, que a recuperação do investimento efectuado na aquisição de empresas industriais será atingido no fim de 10 anos, período considerado na amortização das diferenças de consolidação.

III. INFORMAÇÃO RELATIVA AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

10. Diferenças de Consolidação

A diferença de consolidação, resultante da aquisição de participação em empresas filiais e associadas, é definida como a diferença entre o custo da Aquisição da Participação e o Património Líquido da empresa adquirida (ou o montante dos Capitais Próprios), ajustados pelo diferencial entre os valores de mercado e os correspondentes valores líquidos contabilísticos dos bens do Imobilizado Corpóreo. Resultante da aplicação da Norma Internacional de Contabilidade nº 12, foram ajustados os impostos diferidos relativos às avaliações do imobilizado das filiais efectuadas na data da respectiva aquisição, o que provocou a correspondente correcção nas diferenças de consolidação.



- A decomposição da rubrica "Diferença de Consolidação " pode ser apresentada da seguinte forma:

	CYGSA	SOPLASNOR	TOTAL
Valor Líquido em 31.12.01	449 956	87 440	537 396
Impostos Diferidos Líquido em 31.12.01	9 749	72 577	82 326
	459 705	160 017	619 722
Amortização do 1º semestre de 2002	(229 550)	(16 007)	(245 557)
Valor Líquido em 30.06.2002	230 155	144 010	374 165

11 a 16. Não aplicável

17. Amortização do valor das "Diferenças de Consolidação" para além de cinco anos

Conforme mencionado na nota 9 foi decidido amortizar as diferenças de consolidação por um período de 10 anos.

18 a 20. Não aplicável

IV. INFORMAÇÕES RELATIVAS A COMPROMISSOS

21. Compromissos Financeiros não registados no Balanço

Os compromissos financeiros não registados podem ser apresentados da seguinte forma:

a) Contratos para aquisição de imobilizações corpóreas no montante de cerca de 808 761 euros;

b) Fundo de Pensões Grupo CIRES

O estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2002 e 2001, assentam nos seguintes pressupostos e bases técnicas:

- * Taxa de Rendimento do Fundo de 5,5%
- * Taxa Esperada de Crescimento Salarial de 5%
- * Taxa de Crescimento das Pensões de 0%
- * Rendimento considerado nas Rendas Vitalícias Imediatas de 4%
- * Tábua de Mortalidade GKF 80
- * Tábua de Invalidez EKV 80

Segundo o estudo actuarial, os movimentos, situação do Fundo e responsabilidades estimadas para final de 2002, podem ser apresentados da seguinte forma:

Fundo de Pensões	CIRES	PREVINIL	BAMISO
Valor presente da Obrigação de Benefícios Definidos início do exerc.	4 905 457	807 687	31 140
(-) Benefícios pagos pelo Fundo de Pensões	125 779	0	0
(+) Custo dos Serviços Correntes	261 620	17 792	2 770
(+) Custo dos Juros	332 380	57 728	2 374
(+) Ganhos e Perdas Actuarias (*)	301 647	(100 392)	2 082
1. Valor presente da Obrigação de Benefícios Definidos final do exerc.	5 675 325	782 815	38 366
Valor do Fundo no início do exercício	4 905 457	698 227	17 572
(+) Adicional de Rentabilidade	6 447	(727)	420
(+) Contribuição normal do ano	608 816	0	0
(+) Transferências	0	0	0
(-) Benefícios pagos pelo Fundo de Pensões	(125 779)	0	0
(+) Retorno Real dos Activos do Plano	55 746	6 897	178
2. Valor do Fundo no final do exercício	5 450 687	704 397	18 170
Saldo Actuarial (2-1)	(224 638)	(78 418)	(20 196)

(*) A rubrica ganhos e perdas reflecte a perda resultante da alteração da taxa de rendimento do fundo.

Durante o 1º semestre de 2002 foi contabilizado em Custos com o Pessoal por contrapartida de Acréscimos de Custos o montante de 484 524 euros, aos quais foram deduzidos cerca de 131 000 euros transitados do exercício anterior.

Foi efectuada durante o 1º semestre uma contribuição em espécie com acções próprias no valor de 608 816 euros.

c) Responsabilidades em forward's, nos seguintes montantes:

Venda USD 312 252 euros;
Compra USD 2 820 959 euros.

22. Responsabilidades por Garantias Prestadas

As garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes:

I.A.P.M.E.I.	3 211 940
Alfândega	2 184 171
EDP	96 641
Portugal Telecom	2 843
Diversos	31 887
Total	5 527 482

V. INFORMAÇÕES RELATIVAS A POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

23. Critérios Valorimétricos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas foram utilizados os princípios contabilísticos da continuidade das operações, da especialização dos exercícios e do custo histórico, considerando as reavaliações do Imobilizado Corpóreo, e aplicando os seguintes critérios valorimétricos e políticas contabilísticas:

a) Disponibilidades

As disponibilidades em moeda estrangeira estão expressas no Balanço no final do 1º semestre ao câmbio em vigor nessa data.



b) Conversão em Moeda Estrangeira

As transacções expressas em moeda estrangeira foram contabilizadas ao câmbio da data de entrada dos bens, no caso das importações, e da data do envio do produto acabado, no caso de exportações. No final do 1º semestre os débitos e créditos expressos em moeda estrangeira ainda não liquidados e cujo câmbio não se encontra fixado foram rectificadas em função das taxas de câmbio então em vigor, sendo o resultado da conversão contabilizado nas subcontas de custos e perdas financeiras ou proveitos e ganhos financeiros.

c) Existências

Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo - são valorizadas ao custo de aquisição ou de mercado, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui os gastos incorridos para as colocar no seu estado actual.

Produtos Acabados e em Curso de Fabrico - são valorizados ao custo de produção ou valor líquido de realização, dos dois o mais baixo, que inclui o custo das matérias primas e subsidiárias consumidas, da mão de obra fabril e os gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para os produzir e colocar no estado em que se encontram. O critério valorimétrico das saídas de existências é o custo médio ponderado.

d) Imobilizado

d1) Imobilizado Corpóreo

Os bens do activo imobilizado figuram pelo seu valor de aquisição ou de produção (no caso do imobilizado auto-construído), corrigido pelas reavaliações efectuadas ao abrigo da lei fiscal em vigor e pelas avaliações efectuadas nas filiais à data da respectiva aquisição.

Amortização

Fábrica de PVC

Globalmente as amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, base duodecimal, utilizando as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90. No entanto, relativamente aos projectos PL3 e Secagem VII, com início de laboração em 2001, bem como o sistema de despoeiramento com início de laboração em 2002, foram utilizadas as taxas mínimas, por se entender serem aquelas que melhor se adequam ao efectivo depreciação dos bens. Caso tivesse sido seguido o critério utilizado em anos anteriores, as amortizações do exercício seriam superiores em 342 450 euros, e o activo líquido, diminuído em 957 750 euros.

Fábricas de Compostos de PVC

Foram utilizadas as taxas previstas na legislação fiscal segundo o método das quotas constantes, agravadas em 50% para os bens em regime intensivo de utilização em turnos.

Fábrica de Tubos e Acessórios em PVC

Até finais de 1998 para edifícios e equipamento básico foram utilizadas as taxas máximas constantes do diploma legal, numa base duodecimal com agravamento de 50% para toda a maquinaria, devido à laboração em regime de turnos.

A partir do exercício de 1999 passaram a ser utilizadas as taxas mínimas do DL 2/90, sem coeficiente de utilização intensiva, por se entender serem as que melhor se adaptam à capacidade de produção utilizada nestes períodos.

Equipamento de Produção de Energia (Cogeração)

Foram utilizadas as taxas máximas permitidas pela legislação fiscal, segundo o método das quotas constantes.

d2) Imobilizado Incorpóreo

Encontra-se valorizado ao custo de aquisição estando a ser amortizado à taxa anual de 33,33%.



d3) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros estão registados no Balanço ao preço de aquisição.

e) Provisões para Créditos de Cobrança Duvidosa

As Provisões para Créditos de Cobrança Duvidosa são calculadas de acordo com os valores considerados efectivamente necessários em função dos riscos potenciais de cobrança identificados no final do 1º semestre.

f) Reconhecimento de Custos e Proveitos

Os Custos e Proveitos são registados no exercício a que respeitam independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

g) Encargos com Férias, Subsídios de Férias e Natal

Considerando que o Subsídio de Férias e mês de férias constituem um direito adquirido pelos trabalhadores no ano imediatamente anterior, as empresas incluídas na consolidação incluem como custos do exercício tal valor e os respectivos encargos sociais.

Foram registadas as correspondentes responsabilidades imputáveis ao semestre ascendendo a cerca de 727 994 euros.

h) Imposto sobre o Rendimento

O Grupo tem por procedimento reconhecer no cômputo do encargo com o imposto sobre o rendimento do exercício os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos registados no Balanço (ver nota 38).

i) Benefícios de Reforma

É utilizada a Directriz Contabilística nº19 no que se relaciona com o reconhecimento dos planos de benefícios de reforma, encontrando-se os movimentos relacionados com estes benefícios expressos na alínea b) da nota 21 deste anexo.

24. Não aplicável

VI. INFORMAÇÕES RELATIVAS A DETERMINADAS RUBRICAS

25. Despesas de Instalação e Despesas de Investigação

As Despesas de Instalação referem-se essencialmente a custos com organização das Empresas do Grupo, Estudos e Projectos e Aumentos de Capital, cuja amortização é feita em 3 anos, pelo método das Quotas Constantes.

As despesas de Investigação e Desenvolvimento incluem essencialmente estudos relacionados com aspectos ambientais.

26. Não aplicável

**27. Movimentos nas Rubricas do Activo Imobilizado**

Os movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e nas respectivas amortizações constantes do Balanço Consolidado foram os seguintes:

Activo Bruto

RUBRICAS	SALDO Inicial	AUMENTOS AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSF.	ABATES/AJUSTES	SALDO FINAL
<u>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</u>						
Despesas de Instalação	887 087	9 172	0	0	(276 686)	619 573
Despesas de Invest.e Desenvolvimento	741 997	7 815	0	0	(87 528)	662 284
Propried. Ind. e Outros Direitos	71 937	420	0	0	2	72 359
Diferenças de Consolidação	6 423 374	0	0	0	0	6 423 374
TOTAL	8 124 395	17 407	0	0	(364 212)	7 777 590
<u>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</u>						
Terrenos e Recursos Naturais	3 957 154	0	0	0	0	3 957 154
Edifícios e Outras Construções	21 528 990	283 500	(27 046)	41 421	0	21 826 865
Equipamento Básico	129 967 618	378 567	0	562 661	(59 486)	130 849 360
Equipamento de Transporte	2 280 788	326 547	(190 143)	0	0	2 417 192
Ferramentas e Utensílios	280 848	520	0	0	(167 907)	113 461
Equipamento Administrativo	1 118 794	26 959	(333)	0	(1 023)	1 144 397
Taras e Vasilhame	42 253	0	0	3	0	42 256
Outras Imobilizações Corpóreas	420 666	2 112	0	0	0	422 778
Imobilizações em Curso	1 410 540	802 779	0	(593 538)	0	1 619 781
Adiant. p/ Conta Imob. Corp.	55 072	86 400	0	(35 436)	0	106 036
TOTAL	161 062 723	1 907 384	(217 522)	(24 889)	(228 416)	162 499 280
<u>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u>						
Partes Capital Empresas Grupo	4 998	0	0	0	0	4 998
Empréstimos a Empresas Grupo	0	0	0	0	0	0
Partes Capital Emp. Associadas	29 928	0	0	0	0	29 928
Empréstimos Empresas Associadas	0	0	0	0	0	0
Partes Cap. Emp. Particip.	51 206	0	0	0	0	51 206
Títulos / Outras Aplic. Fin.	609 027	0	0	0	0	609 027
Adiant. P/Conta Investim. Financeiros	0	0	0	0	0	0
Outros Empréstimos Concedidos	0	0	0	0	0	0
TOTAL	695 159	0	0	0	0	695 159

Amortizações

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ABATES/TRANSF.	REGULAR.	SALDO FINAL
<u>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</u>					
Despesas de Instalação	770 468	48 756	0	(276 687)	542 537
Despesas Invest. e Desenvolvimento	450 010	87 969	0	(87 524)	450 455
Propried. Ind. e Outros Direitos	29 334	7 836	0	4	37 174
Amortização Dif. de Consolidação	5 803 653	245 556	0	0	6 049 209
TOTAL	7 053 465	390 117	0	(364 207)	7 079 375
<u>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</u>					
Terrenos e Recursos Naturais	35 186	0	0	0	35 186
Edifícios e Outras Construções	13 881 052	327 451	0	(4)	14 208 499
Equipamento Básico	93 419 334	2 824 077	0	(62 058)	96 181 353
Equipamento de Transporte	1 595 066	162 390	0	(190 145)	1 567 311
Ferramentas e Utensílios	272 044	2 149	0	(167 904)	106 289
Equipamento Administrativo	723 761	62 045	0	(1 350)	784 456
Taras e Vasilhame	40 712	194	0	0	40 906
Outras Imobilizações Corpóreas	319 575	25 353	0	0	344 928
TOTAL	110 286 730	3 403 659	0	(421 461)	113 268 928
<u>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</u>					
Partes Capital Empresas do Grupo	29 928	0	0	0	29 928
TOTAL	29 928	0	0	0	29 928

28. Encargos Financeiros Capitalizados

Não foram capitalizados encargos financeiros no período.

29 a 35. Não aplicável

36. Vendas e Prestações de Serviços por mercado

Foram efectuadas pelo Grupo as seguintes operações:

Vendas Líquidas	Portugal	Restantes Países	Total
Produtos Acabados	28 555 616	37 528 539	66 084 155
Mercadorias	981 871	79 104	1 060 975
Subprodutos/Resíduos	14 914	30 550	45 464
Prestações de Serviços	7 682	366 912	374 594
Total	29 560 083	38 005 105	67 565 188

37. Não aplicável

38. Impostos Diferidos

Os movimentos contabilísticos efectuados no semestre, nas rubricas de Acréscimos de Custos, Custos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento, foram os seguintes:

Acréscimos de Custos		
	Saldo em 01-01-2002	458 318
Efeito das amortizações do exercício		(23 392)
Ajustamentos		(36 163)
	Saldo em 30-06-2002	398 763
Custos Diferidos		
	Saldo em 01-01-2002	549 734
Reforço de Provisão p/Benef. Complementares		928
Ajustamentos		(18 463)
	Saldo em 30-06-2002	532 199
Imposto sobre o Rendimento		
Efeito do acréscimo das amortizações do exercício		(23 392)
Pela provisão para Benefícios Complementares		(928)
Ajustamentos		(17 700)
	Efeito no Exercício	(42 020)

39. Remunerações Atribuídas aos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo CIRES, (empresa-mãe e empresas filiais) pelo desempenho das respectivas funções foram as seguintes:

Conselho Administração	555 453
Fiscal Único	45 165
Assembleia Geral	0
Secret. Sociedade	8 241

40. Não aplicável

41. Diplomas de suporte a Reavaliação de Imobilizações Corpóreas

Diplomas Legais:

Decreto-Lei nº 430/76 de 27 de Dezembro;
Decreto-Lei nº 219/82 de 2 de Junho;
Decreto-Lei nº 399-3/84 de 28 de Dezembro;
Decreto-Lei nº 278/85 de 19 de Julho;
Decreto-Lei nº 118-8/86 de 27 de Maio;
Decreto-Lei nº 11/88 de 2 de Abril;
Decreto-Lei nº 49/91 de 25 de Janeiro;
Decreto-Lei nº 264/92 de 24 de Novembro.
Decreto-Lei nº 31/98 de 11 de Fevereiro.

Foram ainda efectuadas avaliações particulares à data da aquisição das filiais.

42. Reavaliações

O efeito das reavaliações e avaliações no Activo Imobilizado Corpóreo pode ser analisado no seguinte quadro:

Imobilizações Corpóreas	Custos Históricos (a)	Reavaliações Avaliações (a) e (b)	Valores Contabilísticos Reavaliados
Terrenos e Recursos Naturais	2 171 084	1 750 884	3 921 968
Edifícios e Outras Construções	5 829 983	1 788 383	7 618 366
Equipamento Básico	34 326 853	341 154	34 668 007
Equipamento de transporte	849 881	0	849 881
Ferramentas e Utensílios	7 172	0	7 172
Equipamento Administrativo	359 941	0	359 941
Taras e Vasilhame	1 350	0	1 350
Outras Imobilizações Corpóreas	77 850	0	77 850
TOTAL	43 624 114	3 880 421	47 504 535

(a) Líquidos de Amortizações

(b) Englobam as sucessivas reavaliações

43. Não Aplicável

44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001	Proveitos e ganhos	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001
Juros Suportados	400 474	138 963	Juros Obtidos	60 554	8 761
Remuneração a Títulos participação	0	0	Rendimentos Títulos Partic.	0	22
Amortização de Inv. em Imóveis	0	0	Rendimentos de Imóveis	0	0
Provisões p/ Aplicações Financeiras	0	0	Ganhos Part.Cap.Rel.Assoc.	0	0
Diferenças de Câmbio Desfav.	1 317	8 085	GanhosPart.Cap.Rel.O.Emp	0	4 258
Descontos de Pronto Pag. Conc.	547 743	112 340	Diferenças de Câmbio Fav.	72 824	51 714
Perdas na Alienação Aplic. Financ.	0	15 335	Descontos Pronto Pag. Obt.	64 660	12 134
Outros Custos e Perdas Financeiras	77 376	0	Ganhos Alien Aplic. Tesour.	120	0
Perdas Relat. Empresas Associadas	0	0	Outros Prov. Ganhos Financ.	9 879	1 159
Resultados Financeiros	(818 873)	(196 675)			
	208 037	78 048		208 037	78 048

45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001	Proveitos e ganhos	1º Sem. 2002	1º Sem. 2001
Donativos	6 570	4 324	Restituição de Impostos	0	0
Dívidas Incobráveis	0	0	Recuperação de Dívidas	35 555	3 564
Perdas em Existências	32 056	1 067	Ganhos em Existências	1 217	0
Perdas em Imobilizações	7 522	11	Ganhos em Imobilizações	83 965	7 156
Multas e Penalidades	0	5	Benefícios Penalidades Contr.	0	0
Aumentos de Amort. e Provisões	0	0	Reduções de Amort. e Provisões	6 187	0
Correcções Relat. a Exerc. Anteriores	563	0	Correc. Rel. Exerc. Anteriores	228 569	1 081
Outros Custos e Perdas Extraord.	24 067	3 264	Outros Prov. Ganhos Extraord.	510 234	157 309
Resultados Extraordinários	794 949	160 439			
	865 727	169 110		865 727	169 110

46. Desdobramento das Contas de Provisões e Movimentos Ocorridos no Exercício

O quadro seguinte desdobra as contas de provisões acumuladas e explicita os movimentos ocorridos no semestre:

Contas	Saldo em 01-01-02	Aumento	Redução	Saldo em 30-06-02
Provisões Cob. Duvidosas - Clientes	1 315 954	374 918	49 741	1 641 131
Provisões Cob. Duvidosas - O.Devedores	12 305	0	0	12 305
Provisões para Riscos/Encargos	852 944	212 806	210 000	855 750
Provisões para Depreciação de Existências	53 299	0	0	53 299
Provisões para Investimentos Financeiros	29 928	0	0	29 928

47. Bens em Regime de Locação Financeira

Descrição	Imobilizado	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Investimento em Imóveis	609 027	0	609 027
Equipamento de Transporte	535 814	230 800	305 014
Equipamento Informático	39 573	5 771	33 802
Equipamento Básico	2 328 647	352 717	1 975 930

48. Não aplicável

VII. INFORMAÇÕES DIVERSAS

49. Informações exigidas por Diplomas Legais

a) Na sequência, das candidaturas ao Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (DL nº 292/97) e à protecção do ambiente (DL 477/99) foi dado deferimento à continuidade de um crédito fiscal, que no ano de 2002 relativo ao IRC de 2001, permitiu uma poupança IRC no montante de 212 280 euros.

b) O grupo tem estabelecido conceder benefícios complementares aos seus administradores, aprovados na Assembleia Geral de 27 de Março de 1997 e reformulados na Assembleia Geral de 29 de Março de 2001.

Os movimentos da provisão existente para este efeito foram os seguintes:

Movimentos	Valor
1. Valor Inicial da Provisão (01-01-02)	852 944
2. Reforço	212 806
3. Pagamento	(210 000)
4. Valor da Provisão no final do semestre	855 750

50. Outras Informações Relevantes para a compreensão da Situação Financeira e dos Resultados Consolidados

1) A rubrica de proveitos diferidos inclui essencialmente o valor dos subsídios ao investimento ainda não imputados a resultados.



2) O valor dos resultados transitados relaciona-se essencialmente com a amortização das diferenças de consolidação e com o acréscimo das amortizações do imobilizado resultantes das avaliações efectuadas à data da aquisição das filiais.

Estarreja, 09 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, Presidente;

Tokuichi Tsukihashi, Administrador;

Luís Alberto Moura de Sousa Montelobo, Administrador;

Rogério Abrantes Batista Pratas, Administrador;

Anders Hermansson, Administrador;

Hiroyasu Miyazawa, Administrador;

Manuel Jorge Rocha Pedroso de Lima, Administrador



BERNARDES SÍSMEIRO & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**Bernardes, Sismeiro
e Associados, SROC, Lda.**
Rua Oliveira Monteiro, 168
4050 - 438 Porto
Portugal
Telephone +351 22607 7250
Facsimile +351 22607 7201

Relatório de Revisão Limitada Elaborado por Auditor Registrado na CMVM sobre a Informação Semestral Consolidada

Introdução

- 1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002, da **Companhia Industrial de Resinas Sintéticas, CIREs, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 101.993.053 euros e um total de capital próprio de 42.636.924 euros, incluindo um resultado líquido de 1.440.196 euros) e na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo naquela data e no correspondente Anexo.
- 2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

Responsabilidades

- 3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações; (b) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.



Âmbito

- 5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
- 7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

- 8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2002 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 9 de Setembro de 2002

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C., Lda
representada por:

Manuel Heleno Sismeiro, R.O.C.